

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**A Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro: territorialização
da memória social**

Artur Monteiro Bento*

Resumo

Este trabalho constitui um capítulo da tese de doutorado em Memória Social na UNIRIO, intitulada “Memória, espaço e identidade: a experiência de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973)”. Nele trataremos da territorialização da memória social de imigrantes caboverdianos, através das suas narrativas. O nosso objetivo é compreender as peculiaridades da construção da memória no contexto da Associação Caboverdiana, e refletir sobre as questões relacionadas à refundação de algumas características culturais caboverdianas, que se efetiva no novo espaço social. Para o alcance dos objetivos, este estudo está inspirado na metodologia de História Oral, privilegiando os relatos orais de alguns atores sociais, além da análise da construção social da memória. Esta instituição está localizada em Mesquita, Baixada Fluminense e é dotada de representações sociais capazes de envolver os imigrantes através das lembranças.

Palavras-Chave: memória social, identidade, territorialização.

Abstract

This work constitutes a chapter of the PHD Degree thesis in social memory at UNIRIO, intituled “Memory, space and identity: the experience of capeverdian in Rio de Janeiro (1950-1973)”. At this present work we discuss the territoriality of social memory of capeverdian immigrants, by their narratives. Our goal is to understand the peculiarity of their memories recollection in the Associação Caboverdiana, and give a reflection over questions related to some capeverdian characters, that reflects on its new social space. To reach these goals this study employs an oral history methodology, privileging oral relations of some social players, beyond the analysis of a social building from memory. This institution located in Mesquita, at Baixada Fluminense, possess a social relationship that’s able to embrace the Capeverdian immigrants through these recollections that remains in the imagination of the associates.

Keywords: social memory, identity, territorialization

1. Introdução

O presente trabalho constitui parte da tese em desenvolvimento no Programa de Memória Social da UNIRIO e tem por objetivo discutir a territorialização da memória social de caboverdianos imigrados no Rio de Janeiro, tendo como centro a Associação Caboverdiana. Esta instituição é de relevância social e histórica no contexto da região metropolitana do Rio. Ao mesmo tempo, é um espaço de diversão apreciado pelos imigrantes.

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Doutorando em Memória Social, bolsa FAPERJ

Entretanto, a Associação¹ não possui um arquivo histórico documental que guarde os seus 36 anos de fundação. Nesta direção, cremos que um bom caminho para analisarmos as formas pelas quais a memória coletiva é construída e transmitida pelos atores sociais é estudar a trajetória desse grupo através dos motivos que propiciaram a imigração no Rio. O fundamental aqui é reconhecer que o início do povoamento em 1466, com povos oriundos de diferentes partes do mundo, destacando-se os escravos africanos e os portugueses que ali se fixaram para a exploração das riquezas, o país viveu sob exploração até a proclamação da independência em 5 de julho de 1975. Sendo assim, o contato com o resto do mundo era efetuado através dos navios que ali chegavam, sendo que a dificuldade de comunicação com o exterior, decorrente das condições de navegação da época, favoreceu um grande fluxo de emigração a partir do século XVIII em busca de melhores condições de vida. Aqui fica claro que diversos fatores propiciaram este fenômeno, desde os geográficos e climáticos - trata-se de um país marcado pela insularidade, pelo terreno montanhoso e acentuado declive, pela escassez das chuvas, - até fatores econômicos, políticos, demográficos e históricos, como a agricultura de subsistência, a fome, o desemprego, tudo isso aliado à intensa circulação de navios. Assim, emigração é um fenômeno marcante no processo de formação da sociedade caboverdiana, com uma população emigrada estimada em 517.780 conforme o IC (2007). Esta cifra é bastante significativa para uma população em torno de 475.947, seguindo o INE (2007). Portanto, analisar a Associação consiste em acompanhar a trajetória desses imigrantes, seus referenciais, seus hábitos e costumes nativos. Neste contexto, apresentamos este centro de referência como ancoragem da memória coletiva.

2. A Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro: espaço de ancoragem da memória coletiva

No que se refere ao espaço, a sede da Associação foi construída numa área de 396 metros quadrados que inclui 2 lotes de terreno, medindo 12 metros por 33. De cômodos, destacamos: 1 escritório, 1 cozinha, 1 sala de festas, 1 bar, 3 banheiros. Além disso, há uma pequena moradia do caseiro, 2 cômodos inacabados e uma área externa que usamos como estacionamento. Esta instituição teve início na década de 60, conforme as narrativas de alguns imigrantes fundadores. Nesta direção, consideramos o depoimento do Sr. Manuel de importância fundamental quando diz: “Eu sou sócio fundador, porque chegamos aqui em 1958, aí tinha uma turma na década de 60, a gente ia jogar sueca, então o pai da Sônia disse:

¹ Esta instituição está localizada na Rua Magalhães Pinto nº. 15, bairro Rocha Sobrinho, cidade de Mesquita, Baixada Fluminense.

vamos fazer uma associação da ilha de São Nicolau porque só tinha pessoal de São Nicolau” (Entrevista, março, 2007).

Continuando, ele conta que: “Aí todo o mundo disse: vamos fazer uma casa, aí começou a Associação; o João Vicente, já falecido, cobrava em Mesquita, e eu cobrava aqui embaixo (Rio), muita gente não sabe como é que começou a Associação” (Entrevista, março, 2007).

Visando a institucionalização da Associação, os imigrantes Manuel e Sérgio convidaram outros caboverdianos a fazer parte enquanto membros fundadores. Neste sentido, foi convidado o Sr. Dantas, de acordo com o depoimento:

“Vamos chamar o Dantas, foi assim que começou a Associação, pois começamos aqui para fazer uma associação de São Nicolau, e, todo o mundo pagava direitinho, talvez se tivesse continuado assim, a gente tivesse uma sede naquela época, era barato comprar terreno” (Entrevista com Manuel, março, 2007).

No trecho da entrevista que nos concedeu, notemos que, desde os anos 60, os imigrantes vinham se reunindo na casa de outros caboverdianos, para programar algumas festas de confraternização. Todavia, os imigrantes estavam se dispersando no Rio de Janeiro, pois estas reuniões não eram suficientes para manter a unidade do grupo, tendo em conta que a comunidade carecia de um espaço físico e não tinha condições financeiras para arcar com as despesas de uma obra destinada a *manter a cultura caboverdiana viva no Brasil*, conforme alguns depoentes. Além disso, a entrevista nos relata a importância do espaço físico para a ancoragem da memória coletiva. Assim, pensamos que o espaço tem uma dimensão simbólica, pois confirmaria a garantia da transmissão de algumas características culturais da descendência caboverdiana no Rio. Neste sentido, Bourdieu (2003) investiga as relações entre estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. O espaço social se concretiza nas divisões do espaço físico, assim como este funcionaria como “uma espécie de simbolização espontânea do espaço” (BOURDIEU, 2003:160). Assim sendo, o espaço físico exprime as divisões sociais. Ele é hierarquizado pela posição que o grupo social ocupa “no lugar do espaço físico em que está situado, e pela posição relativa que suas localizações temporais (...) e sobretudo, permanentes (...) ocupam em relação às localizações de outros agentes” (BOURDIEU, 2003:160).

As transformações do espaço da Associação, de acordo com o entrevistado guardam relações com construção da sede atual. Para tanto, conforme o Sr. Joãozinho, imigrante desde os anos 50, nunca chegamos a formar uma “associação”. Para ele, tratava-se de reuniões ocasionais feitas na casa de caboverdianos para organizar alguma festa, que consistia em dançar as músicas caboverdianas como a morna e a coladeira e comer uma

“cachupa”, comida típica feita à base de milho, feijão, legumes, peixe ou carne e toucinho de porco. Esta foi uma forma que os imigrantes encontravam para não perder as raízes culturais no Rio. Observemos que na década de 60, pensou-se em fundar uma associação, mas essa idéia teve vida efêmera devido a não contribuição dos sócios e a dificuldade de acertar um nome para o local. Entretanto, inicialmente, este espaço foi chamado de Associação de São Nicolau, com o objetivo de congregar imigrantes naturais daquela ilha, mas com o tempo seus membros começaram a pensar num nome que abarcasse o arquipélago que, por conseguinte, representaria os imigrados do país como um todo.

É neste entorno que o Sr. José, na década de 70, procurou alguns imigrantes mais próximos da sua residência em Nova Iguaçu para persuadi-los sobre a necessidade de comprar um terreno e dar início à construção de uma obra de grande porte, para que a cultura caboverdiana pudesse se perpetuar no Rio através da descendência caboverdiana. Por outro lado, temia o desaparecimento das raízes culturais devido ao enfraquecimento dos laços com o país de origem e a cessação da entrada de imigrantes caboverdianos no Brasil.

Frente às preocupações com a sobrevivência da cultura caboverdiana, o Sr. José descreve os caminhos percorridos para a fundação desse centro de referência:

“Para formar a Associação caboverdiana, eu me senti na obrigação, apesar de trabalhando, sair procurando caboverdianos e conscientizá-los que o homem é um ser gregário, a nossa obrigação era se agregar e formar a associação caboverdiana, e graças à compreensão de todos, hoje, nós somos uma comunidade muito bem congregada” (Entrevista, agosto, 2006).

Nesta narrativa, há que se considerar uma crescente sensibilidade para a territorialização da cultura caboverdiana sob a forma de uma reivindicação dos direitos da descendência em conhecer suas raízes culturais, levando com ela os modelos de organização do sistema simbólico caboverdiano, atribuindo à Associação o centro de referência caboverdiana. Como observou Pollak (1992), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletiva” (POLLAK, 1992: 2004). Para o autor, a memória opera no sentido de reforçar a coesão dos grupos, bem como definindo as fronteiras entre eles. No entanto, de acordo com ele, a memória é uma construção social, produto de negociações e conflitos coletivos.

Notemos tal caráter dinâmico na fala dos entrevistados quando evocam lembranças da trajetória de construção da sede. Contudo, pelo cruzamento de informações, constatamos que houve conflito entre os narradores, já que um grupo fala da origem inicial da Associação, enquanto outro da sede atual. Nesta, a Presidente Neusa conta que a Associação enquanto sede, “foi fundada em 1971 e, mais tarde, em 1978, as pessoas se reuniam, alguns

caboverdianos se reuniram e compraram o terreno onde é a sede da Associação hoje, e estamos lá até hoje” (Entrevista, março, 2007). Entretanto, foi em 1983 que se inaugurou a Associação, tendo recebido doações de imigrantes para a compra do terreno e a construção do prédio. Como a maioria desses imigrantes é formada por trabalhadores braçais, o edifício foi construído com as suas próprias mãos, com o próprio suor. Assim, por unanimidade, este espaço foi denominado de patrimônio caboverdiano, conforme alguns relatos. Neste sentido, Halbwachs (1990) em suas formulações acerca da memória coletiva, destaca que as recordações são essencialmente memórias de grupo e que toda a memória se estrutura em identidades de grupos. Para ele nós construímos nossas memórias como membros de determinados grupos sociais e que para tal utilizamos os quadros de referências sociais. Assim, para Halbwachs quando lembramos de um acontecimento o fazemos através da reconstrução de uma série de imagens fragmentadas e de um acúmulo de experiências vividas e compartilhadas. Nesta perspectiva, o Sr. Domingos conta, com orgulho, que os imigrantes tiveram que capinar o terreno antes de colocar a primeira pedra, conforme as suas lembranças: “onde compramos o terreno havia muito capim. Um dia, enquanto a gente capinava, saiu uma cobra. Compramos terreno, capinamos, construímos a Associação com as nossas próprias mãos” (Entrevista, maio, 2004).

A importância do espaço já se encontra na discussão de Halbwachs (1990),

“não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. (...) E sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir que devemos voltar nossa atenção” (HALBWACHS, 1990: 143).

Nesta visão, a memória está ancorada nas estruturas espaciais que funcionam como referências para o indivíduo. Pois, para o autor o indivíduo projeta sua identidade num quadro espacial, enquanto categoria fundamental na refundação da identidade. Diante dessas qualificações destacamos a existência de um grupo dinâmico, onde as práticas sociais se tornam cada vez mais rotineiras à medida que o indivíduo se identifica com seu centro de referência. Sendo assim, a identidade ganha significado em função de um grupo e supõe um conjunto de traços comuns e, por isso, depende do quadro de referência no qual evolua o grupo.

Um aspecto importante é que, no início não havia prazo determinado para os cargos de diretor. Assim, o Sr. José, um dos fundadores, ocupou o cargo por mais de 20 anos. Entretanto, devido ao cansaço e sua idade avançada, passou a responsabilidade para o Sr. Raimundo, filho de caboverdianos que elaborou o estatuto da Associação, atribuindo ao

presidente um mandato de dois anos. Ele, entretanto, se manteve na função por três anos. Sendo caminhoneiro, não podia conciliar as duas atividades, apesar das cobranças da comunidade para que reunisse mais vezes os imigrantes. Assim, foi nomeado o Sr. Pedro, caboverdiano que chegou no Rio de Janeiro ainda criança, para se juntar à família que aqui se encontrava. Em 2006, o cargo de Presidente foi conferido ao representante de uma 2ª geração, Juiz César Pinto. Em 2007, os imigrantes elegeram como Presidente, a Profa. Neusa.

Neste sentido, visando conhecer a organização interna da Associação, perguntamos a Sra. Neusa, como é feita a eleição de Presidente. Nisso, ela narra que:

“Esta foi por aclamação, pedido feito a mim que eu viesse como a Presidente devido ao trabalho que eu estava apresentando na Associação. Nós pedimos a interferência do conselho deliberativo para que abrisse um cronograma de eleição, então houve um prazo para a inscrição de chapas e quem quisesse concorrer à diretoria, e ao final desse prazo somente a minha chapa estava inscrita, toda a comunidade que estava presente aplaudiu, apoiou a nossa chapa e fomos eleitos” (Entrevista, março, 2007).

Notemos que o Conselho Deliberativo é uma espécie de conselho fiscal, cuja função é eleger a Diretoria, discutir e votar o relatório de contas, reformar o estatuto, julgar assuntos diversos de interesse da comunidade. Este conselho é formado por 15 membros permanentes e 5 suplentes e, são eleitos pela comunidade após o término do mandato de 2 anos numa Assembléia por aclamação, ou seja, por concordância dos presentes. Porém, deve existir, por isso, um quorum, sem um número pré-determinado de presentes. Além do Conselho deliberativo, a Associação é constituída por 8 diretorias, que são escolhidas pelo candidato a presidência durante a inscrição das chapas. Assim sendo, temos: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Diretor Social Cultural e o Diretor de patrimônio. No que se refere à função das diretorias, constatamos que cabe ao presidente organizar todos os eventos e manter a unidade do grupo. O secretário deve redigir os eventos, dar falta do presidente, ter toda a contabilidade da associação em dia. Ao diretor social cultural cabe entrar em contato com empresas e governos que podem ajudar na associação. E, finalmente, o diretor de patrimônio deverá zelar pela manutenção do prédio através de reforma em geral.

Sendo assim, a lógica da Associação funciona um lugar de encontro comunitário, constituindo um eixo passível de identificação com o país de origem, além de ser um lugar de acolhimento aos efeitos da permanência e da cidadania brasileira. Deste modo, o espaço ganha uma identidade social, mas ao mesmo tempo dinâmico e dialético, repleto de possibilidades no cenário do Rio de Janeiro. E, é apenas enquanto processo de territorialização que a maioria dos imigrantes resistem em chamar este local de clube, como

os fundadores o fazem, pois, na opinião de alguns a Associação deveria fomentar workshops, palestras, montagem de espetáculos e oficinas de dança em busca do fortalecimento e da divulgação da cultura caboverdiana, ao invés de ser destinado somente para festas ocasionais.

Neste contexto, a Presidente Neusa elaborou 2 projetos que foram encaminhados em outubro de 2006, ao Instituto das Comunidades em Cabo Verde, órgão de Estado, encarregado de promover a integração de imigrantes na diáspora, que prevê a reestruturação da Associação através da construção de salas de jogos, de exposições, de biblioteca. O entendimento dessa reestruturação passa pela materialização de valores culturais, que raramente se faz através da persuasão, mas da refundação da memória coletiva, com características brasileiras ou cabo-brasileiras. Esta reorganização social pode ser observada no depoimento do Sr. José:

“A nossa preocupação é porque, agora, não tem como vir mais caboverdianos, de modo que essa é uma preocupação muito grande, mas embora a nossa consciência a levamos tranqüila, passamos aos nossos filhos a cultura caboverdiana, agora não podemos dizer que vão dar continuidade porque a mentalidade do mundo moderno está muito arriscada” (Entrevista, agosto, 2006).

Neste sentido, a Associação está tentando mudar a representação de que a Instituição é apenas um lugar para *brincar*, tão arraigada entre os imigrantes mais idosos, para um espaço de *manutenção e divulgação* da cultura caboverdiana, de modo a entrelaçar a memória dos descendentes com o país de origem, uma vez que esta cultura tende a perder espaço em detrimento de uma maior abertura à sociedade brasileira, e a emergência de novas formas de identificação social, as quais, não mais se definem em função de uma busca de raízes imemoriais, mas em função de uma reelaboração desses produtos culturais no território brasileiro. Assim, a Associação cumpre a tarefa de integração entre os membros da comunidade e um resgate dos descendentes. Deste modo, este centro de referência cumpre os seguintes objetivos: resgatar a descendência, manter a cultura viva entre os imigrantes. Entretanto, por mais que a Associação se esforce em alterar a representação do *brincar*, para um espaço de refundação da memória social, observamos que a maioria dos imigrantes ainda continua com esta idéia. No entanto, notemos certo desinteresse e distanciamento da maioria dos imigrantes, alegando a idade avançada como fator que interfere na ida a este lugar que para alguns permanece na memória como referência cultural, assim como Cabo Verde. Num sentido mais forte, os imigrantes afirmam que já cumpriram a tarefa de transmissão da identidade social, deixando o cargo à descendência que tende a articular a identidade brasileira com a caboverdiana, mas dizendo-se brasileiros, embora cultuem alguns hábitos e

costumes caboverdianos. A afirmação de valores e práticas em sintonia com a cultura nacional brasileira vem legitimar e reforçar a visibilidade pública desta Associação.

Notemos que a idéia da memória social está atrelada à identidade social, como vimos no valor simbólico das danças e da *cachupa* caboverdiana. A partir disso, concluímos que a Associação Caboverdiana é um centro de referência e de convergência social, um lugar identitário, relacional e histórico, onde é possível reconhecer os traços culturais. Assim, acreditamos que no espaço associativo, uma nova comunidade está sendo refundada por seus agentes sociais. Então, este espaço constitui uma referência de integração social, sendo que a ancoragem da memória coletiva adquire um papel fundamental no cenário do Rio de Janeiro. Sendo assim, este espaço possibilita integrar o passado ao presente, num processo de reelaboração, em permanente reconstrução.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: _____. (org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HALBWACH, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- IC <http://www.ic.cv> acesso em 03/10/2007.
- INE <http://www.ine.cv> acesso em 03/10/07